

Sistema-Mundo e integração econômica: análise do período 1980-2010

Alex Pipkin (UFRGS) - alex.pipkin@hotmail.com

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes (UFRGS) - diegopaes@gmail.com

Fabio Verruck (UFRGS) - fverruck@ucs.br

Mauricio Pozzebon de Lima (UFRGS) - mauricio.pozzebon@gmail.com

Rafael Oliveira (UFPEL) - rmelloo@hotmail.com

Resumo:

Arrighi (1990) e Wallerstein (1979; 2000) argumentam que a integração econômica global configura relações de dependência a partir de uma divisão internacional do trabalho entre países centrais, semi-periféricos e periféricos. A intensificação das relações de interdependência global também tem forçado a união de países geograficamente próximos na tentativa de contrabalançar o poderio econômico das nações consideradas dominantes. Essa união, que pressupõe a eliminação de barreiras comerciais em busca do livre comércio regional a partir de blocos econômicos, seria uma alternativa para ganhar relevância no cenário internacional, além de expandir mercados consumidores. A partir disso, deduz-se que o ingresso de países em blocos econômicos poderia servir como uma alavanca para o desenvolvimento econômico. Utilizando-se da técnica da análise de clusters o presente trabalho procura verificar a aglomeração de países em torno de três grupos: (i) periféricos, (ii) semi-periféricos e (iii) centrais, seguindo a classificação de Arrighi (1990) e Wallerstein (1974; 2000) dentro da perspectiva do sistema-mundo. São utilizados dados relativos ao PIB per capita corrigido pela paridade do poder de compra nos anos de 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010. Com base nos resultados, verifica-se o aumento da dependência dos países periféricos e semi-periféricos em relação aos países centrais, bem como um aumento da distância entre a média do PIB per capita nos três grupos. Identifica-se, ainda, que, mesmo havendo crescimento do nível de renda em todos os anos observados e para todos os países, a evolução da classificação dos países como centro, semi-periferia e periferia permanece estática ao longo do tempo, sendo que as poucas mudanças de classificação individual observadas, no caso da União Europeia especificamente, não parecem indicar relação direta com a entrada dos países no bloco.

Palavras-chave: *sistema-mundo; desenvolvimento; dependência; periferia*

Área temática: *GT-13 Globalização, Periferia e Desenvolvimento*

INTRODUÇÃO

Os últimos 30 anos observaram uma série de fenômenos que culminaram em uma profunda modificação nas relações econômicas globais. A revolução tecnológica que encurtou distâncias, a derrocada do bloco soviético, o fim da Guerra Fria e o processo de liberalização econômica global da década de 1990 trouxeram para a economia de mercado bilhões de pessoas que antes viviam sob relativo isolamento econômico (FRIEDEN, 2006). O capital encontra hoje à sua disposição praticamente todo o estoque de mão de obra global (HARVEY, 2010), bem como todos os recursos físicos aos quais consegue encontrar aplicabilidade econômica. Fluxos de investimento externo direto de transnacionais auxiliam empresas a acessar mercados, parceiros e insumos produtivos mais vantajosos. O comércio internacional torna disponível qualquer produto que seja desejado em praticamente todos os pontos do globo. Assim, o entrelaçamento global de todos os povos por parte do capitalismo na rede do mercado mundial, conforme previsto por Marx, se concretiza (EAGLETON, 1997).

Arrighi (1990) e Wallerstein (1979; 2000) observam tal rede do mercado mundial e enxergam a configuração de relações de dependência na divisão internacional do trabalho entre países centrais, semi-periféricos e periféricos. Desta forma, trabalham com a análise do sistema-mundo, uma perspectiva macro comparativa das relações capitalistas globais, pressupondo um sistema social mundial estruturado por bases materiais.

Os últimos 30 anos observaram também o fenômeno da disseminação de acordos regionais de liberalização comercial (BALDWIN, 1997; 2011; VAMVAKIDIS, 1998). Tal tendência, embora vista de forma negativa por alguns autores que acreditam ser esta uma ameaça ao livre comércio global, tem se tornado preponderante na governança das relações comerciais globais, bem como influenciado fluxos internacionais de investimento (BALDWIN, 2011). Credita-se a tais blocos o fomento do comércio intra e extra-regional (BAIER *et al.*, 2008), bem como o aumento do fluxo de investimentos diretos nos países membros (BAIER *et al.*, 2008; TROTIGNON, 2009).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar os estratos teorizados pelo sistema-mundo com base na divisão de Arrighi (1990) e Wallerstein (2000) entre países centrais, semi-periféricos e periféricos, no período entre 1980 e 2012, assim como sua evolução. Também é verificado se a integração comercial é capaz de modificar a classificação dos países analisando o caso da União Europeia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para investigar a problematização proposta nesse trabalho é necessário relacionar os seguintes temas: sistema-mundo, integração regional, crescimento e desenvolvimento econômico. As próximas seções tratam de fazer a devida aproximação teórica que embasa essa investigação.

Sistema-mundo e interdependência global

Os dois principais autores da chamada análise do sistema-mundo (“world system analysis”) são Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Suas obras foram inspiradas por várias vertentes da teoria marxista (BRAUDEL, 1984), cujos temas mais centrais são elaborações teóricas sobre dependência e sub-imperialismo (FRANK; 1969; DOS SANTOS, 1970; MARINI, 1975). A análise do sistema-mundo é uma perspectiva macro comparativa das relações capitalistas globais, pressupondo um sistema social mundial estruturado por bases materiais (econômicas). Wallerstein (1979; 2000) se apoia no conceito de economia-mundo de

Braudel (1984), o qual é entendido por aquele autor como “um sistema histórico, marcado por uma divisão mundial do trabalho, com fases de expansão e contração” (WALLERSTEIN, 2000, p. 221). Importante ressaltar que Wallerstein (2000) deixa claro que a *world-system analysis* é uma perspectiva e não uma teoria: “um protesto contra o modo que a investigação científica foi estruturada na metade do século XIX” (WALLERSTEIN, 2000, p. 129).

A consequência de se ter uma economia-mundo que opera via uma divisão mundial do trabalho baseada na troca desigual e na acumulação ilimitada é a existência de uma hierarquia dentro do chamado sistema-mundo capitalista. Nas palavras do autor (WALLERSTEIN, 1974, p. 350, tradução nossa):

A divisão da economia-mundo envolve uma hierarquia de tarefas ocupacionais, onde tarefas que requerem níveis de habilidades mais elevados e maior capitalização são reservadas para áreas de patente superior. Dado que, essencialmente, o sistema-mundo capitalista recompensa o capital acumulado, incluindo capital humano, a uma taxa maior do que o trabalho bruto, a desigualdade da distribuição das tarefas tem uma forte tendência à manutenção das mesmas. As forças de mercado tendem a reforçar a desigualdade ao invés de enfraquecê-la. E a ausência de um mecanismo político central no sistema-mundo faz com que seja muito difícil de inocular forças contrárias à desigualdade de recompensas.

Assim, a unidade de análise (sistema-mundo) é composta pelos Estados nacionais, os quais compõem a hierarquia do sistema. Essa hierarquia é determinada pelos tipos de mercadorias produzidas: aquelas consideradas mais rentáveis (*core like*), geralmente vindas de um cenário quase monopolista, são oriundas dos países centrais, ou o chamado núcleo orgânico. Os países periféricos abrigam a produção de mercadorias pouco rentáveis, com baixo valor agregado (*periphery like*). Finalmente, as regiões semi-periféricas produzem os dois tipos de mercadorias em proporções semelhantes. Cabe notar que essa classificação não indica que os tipos de mercadorias são de produção exclusiva de determinados países, mas são proporcionalmente dominantes em sua matriz produtiva (WALLERSTEIN, 2000; ARRIGHI e DRANGEL, 1987).

Segundo Wallerstein (2000), a existência da semiperiferia é essencial para a estabilidade da economia-mundo. Conflitos políticos desestabilizantes ocorreriam caso houvesse polarização entre um setor pequeno com grande renda e outro maior, mas com pouca riqueza. No lado econômico, a semiperiferia seria um escoadouro dos capitais saturados nas regiões centrais, sendo uma estratégia capitalista anti-cíclica. Portanto, a inexistência da semiperiferia implicaria numa potencial crise política e econômica da economia-mundo (WALLERSTEIN, 1979). Aqui fica visível a aproximação entre sistema-mundo e o conceito de sub-imperialismo, derivado da teoria da dependência (MARINI, 1972). Sub-imperialismo é a exploração de países periféricos por outros países também periféricos, na tentativa de superar as suas próprias contradições características de regiões dependentes do “norte” (o núcleo orgânico). Assim, a semiperiferia seria um conjunto de Estados que, ao mesmo tempo que são explorados (dependentes) do centro capitalista, também praticam o seu próprio imperialismo na periferia do sistema-mundo.

O sistema-mundo não é apenas um conceito verificado via métricas quantitativas, também pressupõe qualidades inerentes ao sistema quanto à distribuição de riqueza entre os estratos. Arrighi (1990) argumenta que o núcleo orgânico guarda uma postura oligárquica frente às outras nações: as oportunidades de avanço econômico desses Estados não são recíprocas para com os outros estratos, pois a troca é desigual. Nesse sentido, o pregado desenvolvimento é uma ilusão, já que as relações de exploração e exclusão (re)produzem pobreza para a maior parte do globo de forma sistemática. Arrighi e Drangel (1986) encontraram evidência que no período 1938-1983 três faixas de riqueza, em termos relativos, se mantiveram estáveis, correspondendo aos três estratos do sistema-mundo. Assim, o desenvolvimento das décadas da

social-democracia não foi capaz de eliminar a desigualdade estrutural existente entre centro, periferia e semiperiferia (ARRIGHI e DRANGEL, 1986).

Em um estudo mais recente, Lima (2007) identificou cinco estratos no sistema-mundo: os tradicionais três agrupamentos previstos na literatura mais dois grupos denominados emergentes e declinantes. No entanto, “esses dois agrupamentos parecem resíduos do persistente movimento triádico do sistema”, ou seja, “a desigualdade mostra-se inabalável e parece aumentar lentamente na longa duração” (LIMA, 2007, p. 77). A longa duração (*longue durée*) se refere à ideia de longo prazo histórico, cunhada por Braudel (1984), que no caso remete a economia-mundo do século XX em diante.

Emergência de Blocos Econômicos em um contexto de Liberalização do Comércio

Os anos 1990 observaram uma rápida disseminação na criação de Blocos Econômicos, com a crescente tendência à redução de tarifas e à liberalização do comércio entre países de uma mesma região (regionalismo) (BALDWIN, 1997; 2011; 2012; MENDEZ e BRADA, 1993; KRUGMAN, 1993). A tendência ao regionalismo no comércio internacional ocorre em um contexto de estagnação das discussões de liberalização na Organização Mundial do Comércio (na forma do *General Agreement on Trade and Tariffs* – GATT) dos anos 1990 e 2000 (BALDWIN, 2011). Este mesmo período é caracterizado tanto por um fortalecimento e reformulação de antigos tratados, quanto a criação de novos (MENDEZ e BRADA, 1993; BALDWIN, 2011).

Há dissenso na literatura quanto à existência de efeitos negativos do regionalismo à liberalização multilateral do comércio internacional. Summers (1991) observa de forma positiva a formação de acordos regionais de comércio para o fomento do comércio multilateral, considerando que a liberalização e estímulo do comércio intra-bloco apresentariam efeitos secundários positivos, com o aumento do comércio e aceleração das discussões no GATT. Trotignon (2009) estuda os acordos de livre comércio constituídos a partir dos anos 1990 concluindo pela existência de impactos positivos no comércio multilateral, no momento em que o regionalismo estimula importações e exportações tanto intra quanto extra bloco.

Bhagwati e Kruger (1995), por sua vez, observam a regionalização como desafiante ao sucesso das discussões de livre comércio na OMC, prevendo a ocorrência de disputas comerciais entre blocos, desinteresse nas discussões multilaterais e uma nova fonte de dominação de potências econômicas sobre países periféricos. Baldwin (2011) afirma que o regionalismo em sua forma profunda (maior nível de integração, como na União Europeia) rivaliza com o multilateralismo ao centralizar a governança do comércio global. Seguindo esta linha de raciocínio, o autor observa aspectos negativos principalmente em países como Brasil, China e Índia. Tais países, que hoje não necessitam de acordos de livre comércio profundos para atrair investimentos ou garantir acesso à suas transnacionais (ainda relativamente incipientes) podem, em um segundo momento, se ver presos a um ambiente de comércio internacional formatado e ditado por blocos regionais liderados por EUA, União Europeia ou Japão (BALDWIN, 2011).

Mesmo com tais divergências, é possível observar a existência de um paralelismo histórico entre os avanços nos acordos regionais e multilaterais. Assim, não seria constatado o avanço de um em meio à estagnação de outro, mas sim avanços de ambos em mesmos períodos temporais (BALDWIN, 2011). Tal paralelismo, contudo, ainda segundo Baldwin (2011), interrompeu-se em fins da década de 1990, com a estagnação das discussões na OMC nas Rodadas Uruguai e Doha, enquanto as discussões de acordos regionais se fortaleceram. Corrobora-se com tal informação com a constatação de que, nos últimos 30 anos, a emergência de acordos no âmbito da União Europeia (Mercado Comum, União Monetária), NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), Comunidade Andina das Nações, Mercosul,

CARICOM (Comunidade Caribenha) e AFTA (Acordo de Livre Comércio da Associação das Nações do Sudeste Asiático), dentre outros (TROTIGNON, 2009).

Krugman (1993) busca elucidar o debate questionando o porquê da aparente preferência do regionalismo na liberalização de comércio em vazão de uma perspectiva multilateral. O autor aponta quatro razões a serem observadas para tal preferência: (i) o grande número de atores no GATT leva à rigidez no processo de negociação e reduz o prejuízo em caso de não cooperação; (ii) barreiras modernas são mais complexas e não simplesmente tarifárias, como tradicionalmente tem-se focado o GATT; (iii) a redução do poder hegemônico dos EUA torna o sistema de trocas de mais difícil coordenação (não-orbital); (iv) diferenças sócio-político-institucionais tornam assimétricos os benefícios da simples redução tarifária, tornando a liberalização entre países vizinhos (ou mais próximos culturalmente) mais vantajosa.

De forma alternativa, Baldwin (1997; 2012) observa a disseminação de acordos regionais na forma de um efeito dominó, ou como um contágio. De acordo com esta perspectiva, acordos regionais de livre comércio fazem com que países excluídos de um acordo, tanto em resposta política e econômica a este, quanto em busca dos benefícios do livre comércio, busquem a assinatura de acordos próprios (BALDWIN, 1997; 2012). O efeito em cadeia proporcionado pela assinatura de alguns acordos seria então uma explicação para a epidemia de acordos de livre comércio dos últimos 30 anos.

Melatos e Woodland (2007) analisam a dotação de recursos e preferências dos países em sua propensão a optar pelo multilateralismo ou uniões aduaneiras, utilizando o conceito de equilíbrio nuclear (*core*). Como resultado, observam a propensão ao comércio livre global conforme os países se encontram mais simétricos quanto à dotação de recursos e preferências (MELATOS e WOODLAND, 2007). Conforme aumentam as disparidades entre os países, aumenta-se a propensão à formação de uniões aduaneiras entre “países com elasticidades adjacentes de substituição ou dotações adjacentes de seus bens de exportação” (MELATOS e WOODLAND, 2007, p. 922, tradução nossa).

Partindo da perspectiva de que os Estados possuem várias opções de acordos de integração econômica, Baier *et al.* (2008) apontam que (2008, p. 432-439, tradução nossa):

A maior parte dos Acordos de Integração Econômica (AIE) acontecem entre países: (i) que são próximos em distância e consequentemente compartilham baixos custos de transação bilaterais, mas que também se encontram distantes do restante do mundo; (ii) que são grandes e similares em tamanho econômico e consequentemente se beneficiam da maior especialização da produção e variedade em termos de consumo; e (iii) que diferem na dotação relativa de fatores, beneficiando-se da troca de vantagens comparativas tradicionais. (...) Portanto, a maioria dos AIEs acontecem entre países que realizam trocas comerciais extensivamente; ou seja, países que formaram AIEs fizeram boas escolhas.

Observando as vantagens do regionalismo *versus* multilateralismo na liberalização de comércio, presume-se a intenção dos países em fomentar as trocas internacionais. Assim, torna-se possível questionar os benefícios de tal liberalização para o crescimento e desenvolvimento econômico, o que será explorado a seguir.

Blocos Econômicos, Crescimento e Desenvolvimento

Questões naturalmente emergem acerca dos benefícios econômicos da liberalização em blocos regionais. Conforme exposto na seção anterior, observa-se a tendência internacional à liberalização do comércio transfronteiriço, embora isso venha acontecendo principalmente no âmbito regional e não global. Assim, atribuem-se na literatura as vantagens da formatação de blocos de forma análoga aos benefícios classicamente conferidos ao livre comércio

internacional (VAMVAKIDIS, 1998; WAQUIL; 1997). Waquil (1997, p.7) aponta os benefícios econômicos da liberalização do comércio em âmbito regional:

[...] ganhos de eficiência produtiva possibilitada pela especialização; economias de escala devido à concentração da produção; melhoria da posição de barganha nos mercados internacionais, possibilitada pelo aumento do tamanho do mercado integrado; ganhos de eficiência econômica resultantes da mobilidade de fatores; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; unificação de objetivos, tais como empregos, altas taxas de crescimento econômico e distribuição de renda.

Esta abordagem se assemelha principalmente aos modelos inspirados com base ricardiana, ou seja, países dotados de diferentes recursos irão se beneficiar da especialização em relativamente pequeno número de produtos, estimulando as trocas internacionais para conseguir bens os quais não consegue produzir eficientemente. Embora considere as implicações negativas da cessão de soberania inerente a assinatura de acordos internacionais, o autor aponta como evidência positiva os dados do Mercosul. Em seu período inicial, nos anos 1990, percebe-se um aumento de 206,7% nas exportações intrarregionais no período imediato a consolidação do bloco (1990-1995) (WAQUIL, 1997).

Vamvakidis (1998) enumera dentre os benefícios ao desenvolvimento econômico que podem ser atribuídos à liberalização de comércio os possíveis ganhos de economia de escala com o aumento do mercado, os *spillovers* tecnológicos e o fomento à inovação, conhecimento e produtividade (proporcionados pelo compartilhamento do capital de P&D entre os países membros). Contudo, ao analisar os benefícios econômicos da liberalização no âmbito regional em contraposição à liberalização multilateral, o autor não encontrou evidências que suportassem a regionalização como fomentadora do crescimento. Para o autor, os resultados podem ser explicados pelo fato dos acordos terem sido realizados entre “economias pequenas, ainda em desenvolvimento e muito similares” (VAMVAKIDIS, 1998, p. 265, tradução nossa) de forma que não puderam extrair os benefícios (*spillovers* positivos) proporcionados por trocas com economias maiores e mais abertas. Tais resultados, contudo, não explicariam os resultados da União Europeia, que revelaram uma correlação positiva entre a formação do bloco e o crescimento econômico (VAMVAKIDIS, 1998).

Trotignon (2009) aponta para os efeitos dinâmicos proporcionados pela integração regional, que explicariam tanto o crescimento do comércio intra-bloco quanto o aumento das exportações de um determinado bloco para os demais países. Para o autor, “a criação de mercados regionais proporcionam o aumento da competitividade, encoraja a inovação e permite os benefícios da economia de escala”, ressaltando que, em países em desenvolvimento, o regionalismo “coincide com reformas de abertura comercial e políticas de atração de investimento externo direto” (TROTIGNON, 2009, p.22, tradução nossa). Foi observado também que setores anteriormente apontados como possíveis beneficiários de economias de escala observaram aumento simultâneo das vendas internas e externas (TROTIGNON, 2009).

Baier *et al.* (2008) trazem a perspectiva dos *policy makers* nacionais, considerando que estes são maximizadores do bem estar de seus constituintes (tanto produtores, na figura das firmas e grupos de interesse diversos, quanto consumidores) no processo de tomada de decisão quanto à liberalização comercial. Tais *policy makers* necessitam escolher o melhor rumo de ação em um ambiente tornado competitivo devido à rápida proliferação acordos bilaterais e regionais – que geraram uma super oferta de opções pelo qual cada país opta pelo acordo que mais lhe proporcionar melhor bem estar econômico (BAIER *et al.* 2008). Tais autores, fazendo uso de um período temporal mais extenso e recente, chegam a evidências da existência impactos positivos dos acordos de regionais. De acordo Baier *et al.* (2008, p. 493, tradução nossa):

[...] as evidências neste artigo sugerem que os efeitos comerciais da participação na CEE /CE /UE foram bem maiores que aqueles sugeridos pelas considerações ex ante

e muito maiores que estimativas empíricas anteriores feitas utilizando equações de gravidade cross-sectional sugerida (FRANKEL, 1997). (...) Os resultados sugerem que participação na CEE/CE/UE nos últimos 40 anos (1960-2000) é de uma magnitude econômica significativa e muito maior do que o postulado a uma década atrás [...].

Tais vantagens não foram observadas apenas no âmbito dos acordos europeus. A análise dos impactos em outras regiões, aparentemente influenciados pela iniciativa europeia, apresentaram efeitos médios no período 1960-2000 de magnitude aproximada ao europeu (BAIER *et al.*, 2008). Os autores apontam que a mais profunda integração europeia no período certamente influenciou nos resultados mais positivos deste bloco em relação aos demais (BAIER *et al.* 2008). Ainda sim, “a maior parte dos Acordos de Integração Econômica analisados tendeu a aumentar o comércio dos países membros em cerca de 100% em um período de 15 anos” (BAIER *et al.*, 2008 p. 493, tradução nossa).

É mister, também, discutir as relações entre integração regional, crescimento e desenvolvimento econômico, delimitando os conceitos e dimensões de análise, dada a diversidade de produção no tema (BEHRAM, 2001).

O conceito de desenvolvimento econômico foi definido de diversas maneiras ao longo do tempo, de acordo com critérios que variaram de autor para autor (BEHRAM, 2001). De uma maneira mais quantitativa, pode ser definido como o incremento sustentado do PIB *per capita* ao longo do tempo (NAQVI, 1995). Já um conceito mais holístico de desenvolvimento seria “o processo pelo qual economias são transformadas de um lugar em que a maioria das pessoas tem recursos e escolhas muito limitadas para um lugar com recursos e escolhas muito maiores” (BEHRAM, 2001, p. 3566, tradução nossa). Nesse sentido, a discussão sobre o desenvolvimento passa a contemplar não somente crescimento econômico, mas também aspectos sociais mais amplos, em que crescimento é apenas mais um item (NAVQUI, 1995). Assim sendo, é trazido a baila outros fatores que impactam na distribuição dos frutos do progresso e seu impacto na felicidade humana (SEN, 1988). É nessa linha, por exemplo, que o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas faz uma avaliação anual da qualidade de vida das nações - o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH - baseado em três dimensões: expectativa de vida ao nascer, escolaridade e PIB *per capita*. O objetivo é aferir se, ao longo do tempo, os países estão, segundo essa concepção, se desenvolvendo (HUMAN DEVELOPEMENT REPORTS, 2013).

Duas questões merecem ser destacadas no paradigma dominante sobre desenvolvimento: (i) o enfoque à dimensão micro e (ii) a exclusão do conceito de dependência. Quanto à primeira questão, nota-se que o foco de análise passou a ser a situação dos povos dentro de seu limites geográficos e as políticas públicas capazes de promover o incremento da saúde, educação, promoção do conhecimento e qualidade de vida em geral (HUMAN DEVELOPEMENT REPORTS, 2013). Já a segunda questão diz respeito à não discussão sobre possíveis relações de dependência entre as nações no sistema capitalista e suas consequências globais, numa visão macro, dentro da teoria da dependência e suas variantes. Portanto, o conceito de desenvolvimento como ruptura das relações de exploração e dependência é deixado fora da agenda, cedendo espaço para a discussão/formulação de políticas públicas visando incremento da qualidade de vida.

Para fins desse trabalho, desenvolvimento é definido como a ruptura dos laços de dependência econômica entre países centrais e periféricos, ainda que estes últimos passem a exercer, em seu turno, relações de exploração para com outras nações. Isso representa, na análise do sistema-mundo, a ascensão de países da periferia/semi-periferia para o núcleo orgânico. É necessário fazer essa conceituação devido à miríade de concepções sobre desenvolvimento, evitando misturar abordagens com orientações teóricas distintas.

MÉTODOS

Dentre as tentativas de solução para analisar o posicionamento dos estados na economia-mundo destacam-se, de acordo com Lima (2007), as de Su (1995), baseada na teoria de redes, a de Taylor e Flint (2000) e de Becker e Egler (2003), que pode ser denominada histórica ou descritiva, e a de Arrighi e Drangel (1986) baseada na noção de comando econômico relativo. Arrighi (1990) classifica os países em núcleo orgânico, periferia e semi-periferia utilizando o critério de Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. Dado que seria impossível, para fins analíticos, identificar e mapear todos os tipos e relações de mercadorias transacionadas no globo, a referida métrica seria uma boa aproximação para aferir a posição dos países no sistema-mundo. Assim, o PNB *per capita* poderia refletir, de maneira satisfatória, o ranking dos Estados na hierarquia do sistema-mundo. Nas palavras do autor (ARRIGHI, 1986, p. 31, tradução nossa):

Atividades centrais comandam recompensas agregadas que incorporam a maioria, senão todos, os benefícios da divisão mundial do trabalho, enquanto atividades periféricas comandam recompensas agregadas que incorporam pouco, se algum, desses benefícios. Quanto maior o peso de atividades periféricas no composto industrial dentro da jurisdição de um dado Estado, menor é a parcela dos benefícios totais da divisão mundial do trabalho comandado pelos residentes desse Estado. E, de maneira inversa, o quanto maior o peso de atividades nucleares, maior é a parcela dos benefícios comandados pelos residentes de dado Estado. As diferenças no comando do total de benefícios da divisão mundial do trabalho devem necessariamente ser refletidas em diferenças comensuráveis no PNB *per capita* dos Estados em questão.

Lima (2007) realizou um tratamento próximo ao de Arrighi e Drangel (1986), empregando, no entanto, uma metodologia um pouco diferente. Em seu estudo, utilizou, ao invés do PNB *per capita* de cada país traçado em relação à sua porcentagem da população mundial (usado por Arrighi e Drangel), o PIBpc (Produto Interno Bruto *per capita*), o qual segundo o autor tem melhor comparabilidade internacional. Por esta mesma razão, neste trabalho, seguiu-se o modelo de Lima (2007). Ressalta-se que para este trabalho foi utilizado o PIB *per capita* corrigido pelos índices de paridade do poder de compra, fornecidos pelo Banco Mundial.

A partir de Wallerstein (1979; 2000), tem-se que o sistema-mundo é formado por subgrupos que compartilham características gerais. Assim, para que se possam analisar os dados provenientes do PIB *per capita* dos países buscando a identificação de três substratos, conforme mencionado anteriormente, é necessário uma técnica que identifique tais grupos semelhantes com base em um conjunto de características. Segundo Hair *et al.* (2009) a técnica adequada para definir grupos de objetos com máxima homogeneidade dentro dos grupos, enquanto também têm máxima heterogeneidade entre os grupos, determinando os grupos mais semelhantes que também são os mais distintos uns dos outros é a análise de agrupamentos (*Cluster Analysis*).

É importante ressaltar que a habilidade da análise de agrupamentos em definir grupos de objetos semelhantes é contrastada por sua natureza subjetiva e pelo papel instrumental desempenhado pelo julgamento do pesquisador em diversas decisões-chave. Este aspecto subjetivo, no entanto, não diminui a utilidade da técnica (HAIR *et al.*, 2009). Aqui, este aspecto se caracteriza pela definição do número de grupos, o qual foi determinado seguindo a definição de três classes: centro, periferia e semiperiferia (WALLERSTEIN, 2000). Realizou-se então, a partir da base de dados disponível no site do Banco Mundial, uma análise de agrupamentos para verificar as distribuições tri-modais e o comportamento dos países da UE ao longo dos anos.

A amostra foi então tratada no software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), utilizando-se a análise de *cluster* a partir de *k-means*, que possibilita no caso do objetivo deste trabalho, as conclusões acerca dos estratos no sistema mundial, dado que parametriza os grupos.

Durante o processo de exploração dos dados, identificaram-se quatro países que apresentaram valores de PIB *per capita* extremamente discrepantes em relação aos demais componentes da amostra. Os países em questão foram Arábia Saudita (SAU), Emirados Árabes Unidos (ARE), Kwait (KWT) e Brunei Darussalam (BRN). Todos eles possuem características que os tornam extremamente diferentes dos demais analisados. São países com população reduzida e são economias eminentemente produtoras e exportadoras de petróleo. Podem ser considerados oásis de prosperidade os tais países de maioria muçulmana. Porém, são países com significância reduzida na economia internacional e nas relações de interdependência que mantém no sistema-mundo, por isso foram considerados como *outliers*. Conforme Romsburg (1990) a exclusão dos *outliers* é crucial para a realização de uma análise de *cluster* consistente, uma vez que esses tipos de dados destroem a normalidade dos dados e prejudicam o processo de avaliação, especialmente quando se trata de um processo que utiliza as distâncias entre médias como parâmetro para a discriminação de casos. Os dados referentes aos países excluídos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - PIB *per capita* dos países excluídos da amostra como *outliers*

SIGLA	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
SAL	15.907,31	12.050,95	13.702,80	15.517,42	17.704,25	20.680,38	27.596,14
ARE	58.933,47	53.393,94	53.147,75	55.487,21	61.426,49	65.573,12	40.488,44
KWT	19.165,92	15.475,52	19.537,01	34.751,34	34.646,60	48.096,47	43.732,27
BRN	37.729,65	34.963,27	35.714,80	40.926,19	42.389,32	47.760,01	50.298,37

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial (2013).

Foram também excluídos países que apresentavam dados faltantes correspondentes a períodos iguais ou superiores a cinco anos. Nesse processo, eliminaram-se 70 países. A lista dos países eliminados encontra-se no Apêndice 1. Para países com valores faltantes no ano selecionado, porém que não se enquadravam no critério de eliminação, foi utilizado o valor do ano imediatamente posterior para inclusão na amostra, procurando-se, assim, manter o maior número possível de países na análise.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A amostra final de 147 países foi analisada no SPSS, utilizando-se o *Quick Cluster*, um método de aglomeração de variância mínima para agrupar os países em três *clusters*. Segundo Malhotra (2006), este é um método de classificação não-hierárquico adequado quando o número de observações é grande, geralmente maior de cem, como é o caso desta amostra. Também seguindo-se as orientações de Malhotra (2006) o número de *clusters* foi definido previamente com base na literatura, que divide os agrupamentos de países em três: centrais (CE); semi-periféricos (SP); e periféricos (PE) (ARRIGUI, 1990; WALLERSTEIN, 1979). De forma exploratória, também foi realizada uma análise de *cluster* com cinco agrupamentos, conforme estudo proposto por Lima (2007), porém o mesmo não se demonstrou adequado. A Tabela 2 apresenta os resultados dos centros dos *clusters* para cada período de cinco anos, iniciando-se com o ano de 1980 e finalizando-se em 2010.

Tabela 2 – Centro dos *clusters* analisados

Ano	Centros de <i>Cluster</i> Finais			Distâncias entre os centros		
	CE	SP	PE	CE-SP	SP-PE	CE-PE
1980	10.140,42	5.281,05	1.283,71	4.859,37	3.997,34	8.856,71
1985	12.376,75	4.244,19	1.037,76	8.132,56	3.206,43	11.338,99
1990	16.292,15	5.536,93	1.351,50	10.755,22	4.185,43	14.940,65
1995	20.372,25	6.828,84	1.534,83	13.543,41	5.294,01	18.837,42
2000	25.160,90	8.255,33	1.899,91	16.905,57	6.355,42	23.260,99
2005	30.440,40	10.483,19	2.323,71	19.957,21	8.159,48	28.116,69
2010	36.841,62	14.355,81	3.126,46	22.485,81	11.229,35	33.715,16
2010/1980	3,63	2,72	2,43	4,63	2,81	3,81

Fonte: Elaborado pelos autores.

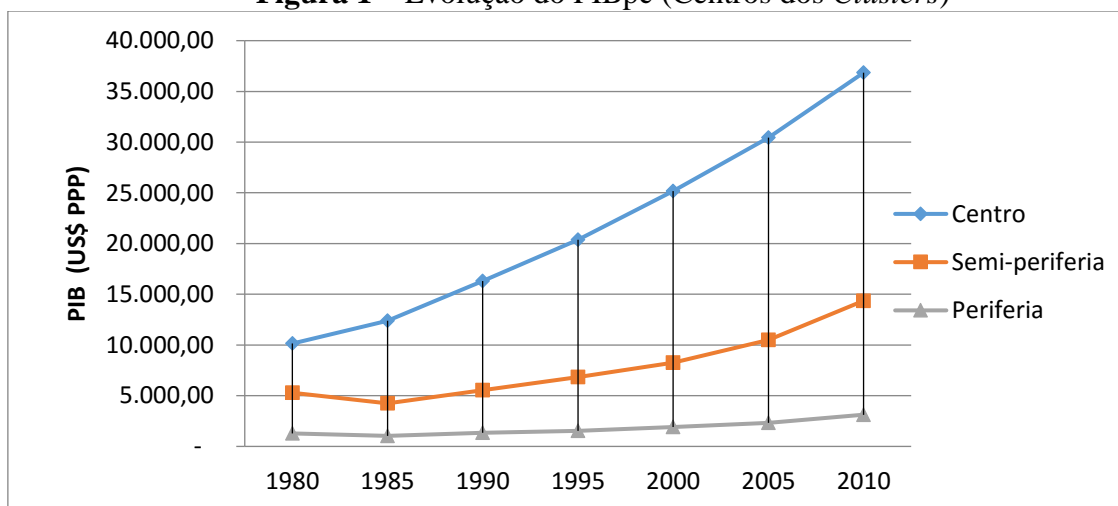
A partir dos dados da Tabela 2, é possível perceber algumas questões importantes. Primeiramente, observa-se o aumento nos valores dos centros de todos os *clusters*, o que significa dizer que na medida em que a geração de riqueza por habitante foi crescendo nos países centrais, isso também aconteceu nos países periféricos e nos semi-periféricos. Esse crescimento, entretanto, não ocorreu na mesma proporção. Enquanto o centro dos *clusters* aumentou 3,63 vezes, nos países semi-periféricos esse crescimento foi de 2,72 vezes e nos países periféricos foi de 2,43. Da mesma forma, a distância entre os centros de cada conglomerado cresceu, porém os países centrais se afastaram mais dos países semiperiféricos e periféricos, enquanto o crescimento da distância entre os países periféricos e semiperiféricos foi menor.

Nesse sentido, a análise corrobora com as ideias de Baldwin (2011), Wallerstein (2000) e Arrighi (1986, 2001) quando acreditam que o sistema-mundo, ao reforçar as relações de dependência, não promovem, necessariamente, um desenvolvimento equilibrado. Ainda que se observem aumentos na riqueza absoluta das nações analisadas em todos os *clusters*, esse aumento não é proporcional para cada um dos conglomerados. Além disso, o aumento superior nos centros dos *clusters* caracterizados como países centrais em relação aos países semi-periféricos e periféricos indica que no passar dos anos o desequilíbrio no crescimento da renda tem se intensificado ainda mais, em função da manutenção das relações de dependência, e não o contrário. Essa constatação vai ao encontro da visão de Marini (1976), ou seja, a dependência pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias. Assim, nota-se que os países centrais se autosustentam, enquanto que os periféricos só conseguem expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros. Na verdade, o crescimento dos países centrais dá-se às custas do subdesenvolvimento dos países periféricos, numa espécie de jogo de soma zero.

Nesse sentido, encontra-se um contraponto às ideias de Melatos e Woodland (2007), Vamvakidis (1998) e Waquil (1997) para quem a liberação do comércio e a maior integração global trariam benefícios no crescimento econômico, especialmente para os países periféricos

e semi-periféricos. Aqui cabe destacar que, de acordo com a ótica ricardiana, as trocas internacionais trariam benefícios a tais países, tendo em vista que esses passam a acessar bens que não conseguem produzir eficientemente. No entanto, parece crível inferir que, mesmo com o crescimento econômico dos países semi-periféricos e periféricos, ocorra uma troca desigual entre nações centrais e periféricas, reproduzindo a relação de dependência. O que se observa a partir da análise dos dados, entretanto, é justamente que o benefício proporcionalmente (e consideravelmente) maior é para os próprios países centrais. Adicionalmente, observa-se que as maiores médias de renda nos países centrais, sempre muito superiores às dos outros dois grupos, ajuda a confirmar a hipótese de Wallerstein (1979) de que a divisão da economia-mundo estabelece uma hierarquia de tarefas ocupacionais, em que aquelas que requerem níveis de habilidade mais elevados e maior capitalização estão reservadas para as áreas de patente superior, o que, conseqüentemente, gera proporcionalmente mais riqueza por habitante do que os demais países. A Figura 1 ilustra essa análise.

Figura 1 – Evolução do PIBpc (Centros dos Clusters)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma outra análise relativa ao sistema-mundo diz respeito à inflexibilidade dos países entre os aglomerados (WALLERSTEIN, 2000; ARRIGHI; DRANGEL, 1987). Em função das relações de dominação impostas pelos países centrais sobre os outros e pelos países semi-periféricos sobre os periféricos, a ascensão de um estrato para o outro seria muito difícil e demorada (MARINI, 1972). A partir disso, torna-se pertinente observar o comportamento dos países ao longo dos 20 anos em relação à sua posição dentro dos conglomerados. A Tabela 3 apresenta a evolução do número de países classificados em cada *cluster*.

Tabela 3 – Evolução dos conglomerados por período quinquenal

Classificação	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Centro	28	37	37	34	36	38	36
Semi-periferia	27	45	41	45	42	42	42
Periferia	92	65	69	68	69	67	69

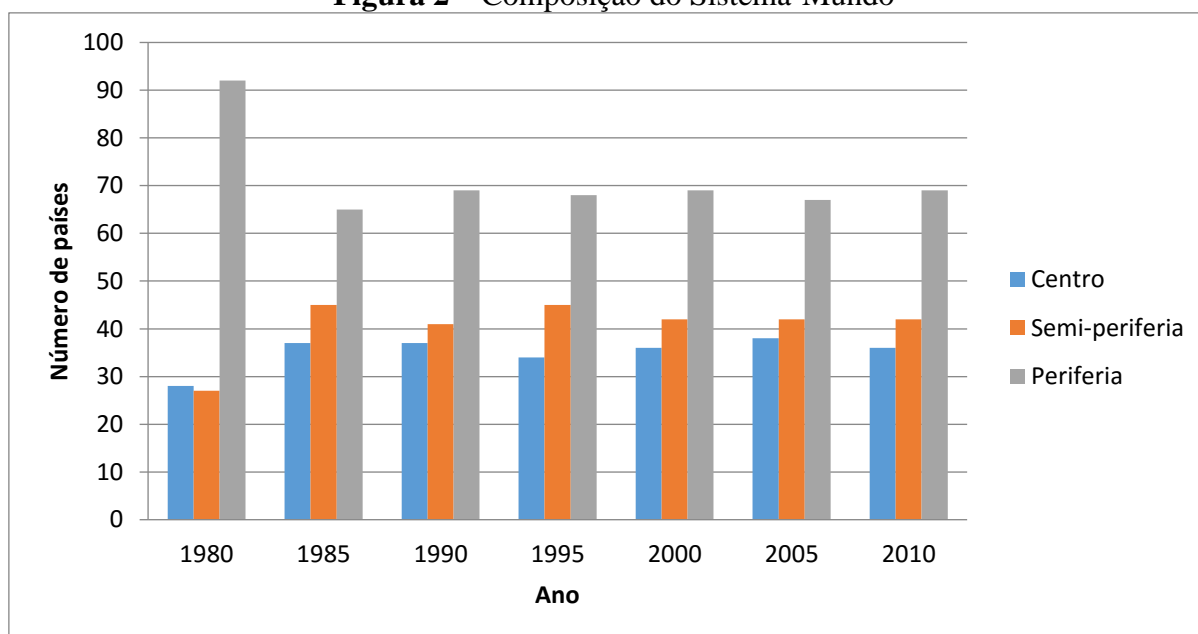
Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se uma mudança importante entre os anos de 1980 e 1985 no que diz respeito ao número de países classificados como periferia e semi-periferia, porém este número se estabiliza

a partir de 1985 até 2010, com poucas alterações. Esse fato provavelmente se verifica devido à maior proximidade dos centros dos *clusters* no ano de 1980, o que pode ter incluído uma quantidade maior de países no conglomerado da periferia. Além disso, analisando-se sob o ponto de vista da história econômica, a década de 1980 ainda apresentava características geopolíticas de polarização, resultantes da divisão dos países europeus em capitalistas e comunistas. Outro fator que pode ter contribuído para essa divisão diferenciada em 1980 são as sucessivas crises do petróleo vivenciadas na década de 1970, tendo uma das mais importantes acontecido justamente no ano de 1979.

Torna-se importante ressaltar, também, que do grupo de 147 componentes da amostra, 63 países nunca alteraram sua posição dentro dos conglomerados, tendo permanecido sempre como países periféricos. Nesse sentido, verifica-se a baixa mobilidade de países dentro dos conglomerados no longo prazo, o que corrobora as ideias de Wallerstein (1979; 2000), Arrighi e Drangel (1987) e Marini (1972) – a classificação completa dos países está no apêndice B. A Figura 2 ilustra essa ideia em forma gráfica.

Figura 2 – Composição do Sistema-Mundo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, investiga-se se a intensificação das relações dentro de um determinado bloco econômico favorece a ascensão de países de um agrupamento para outro, conforme as ideias de Trotignon (2009) e Baier *et al.* (2008), como complemento ao presente estudo. A Tabela 4 apresenta a evolução da classificação nos conglomerados considerando-se os países que fazem parte da União Europeia no período. A partir disso, verificam-se, na Tabela 4 os resultados das classificações nos *clusters* para cada quinquênio.

A análise desses dados parece desconfirmar a ideia inicial de que o ingresso dos países em blocos econômicos é capaz de promover sua ascensão (desenvolvimento) da semi-periferia para o centro. Das poucas alterações apresentadas, apenas Portugal e Espanha alteraram sua posição no sistema-mundo logo após a entrada na União Europeia e os dados disponíveis para análise são insuficientes para levar à conclusão de que sua movimentação para o grupo do centro teria ocorrido em função de sua entrada no bloco. A Irlanda seria o único país que ascendeu de semi-periféria para centro de forma sustentada após ingressar na União, o que poderia ser consequência, também, dessa integração. Caso esse tipo de mobilidade fosse

sistemática para a maior parte dos países em função de sua inclusão no bloco as conclusões do trabalho poderiam ser outras.

Tabela 4 – Evolução da posição de países da União Europeia*

País	Ano de adesão à União							
	Europeia	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
AUT	1995	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
BEL	1952	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
CYP	2004	SP	CE	CE	CE	CE	CE	CE
CZE	2004	CE	CE	CE	CE	SP	CE	CE
DEU	1952	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
DNK	1973	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
ESP	1986	SP	CE	CE	CE	CE	CE	CE
FIN	1995	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
FRA	1952	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
GBR	1973	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
GRC	1981	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
HUN	2004	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
IRL	1973	SP	CE	CE	CE	CE	CE	CE
ITA	1952	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
LTU	2004	CE	CE	SP	SP	SP	SP	SP
LVA	2004	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
MLT	2004	SP	SP	CE	CE	CE	CE	CE
NLD	1952	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
POL	2004	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
PRT	1986	SP	SP	CE	CE	CE	CE	CE
ROU	2007	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
SVK	2004	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
SVN	2004	CE	CE	CE	SP	CE	CE	CE
SWE	1995	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE

* **Legenda:** CE - países centrais; SP - países semi-periféricos

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONCLUSÃO

A análise do sistema-mundo sob a ótica das relações de dependência entre os países torna-se relevante para o contexto atual em função da intensificação das relações comerciais, do aumento dos fluxos de comércio internacional e da nova dinâmica da economia internacional. Observa-se, a partir desses fenômenos, que as relações econômicas globais amarram as economias nacionais de tal forma que funcionam como um sistema interconectado, em que o crescimento econômico, medido, neste caso, através do PIB *per capita*, não ocorre isoladamente. Nesse sentido, pode-se supor que o crescimento econômico dos países considerados centrais é importante, pois serve de motor para o crescimento dos países nos outros dois grupos (MELATOS; WOODLAND, 2007; VAMVAKIDIS, 1998; WAQUIL, 1997). Isso efetivamente se observa nos dados levantados, onde é possível verificar o crescimento global e conjunto do PIB *per capita* em todos os grandes períodos analisados, com raras exceções.

Acontece, porém, que este fato é contraposto pela desigualdade com que esse desenvolvimento se observa entre os grupos. A diferença da média entre o PIB *per capita* apresentado nos países centrais, semi-periféricos e periféricos, evidencia que o crescimento é desequilibrado e ocorre em benefício muito maior dos países centrais. Essa crescente desigualdade, aliada ao domínio dos meios tecnológicos por parte dos países centrais (WALLERSTEIN, 2000), intensifica as relações de dependência e dominação, pois ao mesmo tempo em que atrela o crescimento econômico nos países periféricos e semi-periféricos ao

crescimento dos países centrais, obriga-os a especializarem-se na produção de bens de baixo valor agregado, pois os países centrais possuem maiores vantagens relativas na produção de bens intensivos em tecnologia.

Por fim, verifica-se que, no caso da União Europeia, a adesão dos países ao bloco não foi capaz de mudar sua posição no sistema-mundo, com exceção da Irlanda, o que se verifica a partir da relativa imobilidade apresentada pela maioria dos países dentro da União. É importante ressaltar que a presente análise não permite generalização, pois para isso seria necessário comparar outros blocos e a posição relativa dos países-membros ao longo dos anos.

Como limitação deste trabalho, cita-se a utilização de um único indicador para realizar o agrupamento dos países. Ainda que isso seja permitido dentro da metodologia de análise de *clusters* e que o PIB *per capita* seja uma medida importante relativa à geração de renda por unidade da população, cuja expressão é consequência do próprio desenvolvimento econômico de um país, acredita-se que a inclusão de outros indicadores que meçam a distribuição da renda, como é o caso do índice de Gini, e o próprio índice de desenvolvimento tecnológico, poderiam gerar novos *insights* relativos ao assunto. Tais dados não foram utilizados devido à dificuldade de se obter esses indicadores de forma tão abrangente e por tantos períodos históricos, como foi o caso do PIB *per capita*.

Sendo assim, sugere-se para a realização de estudos futuros, a realização de análise de conglomerados utilizando séries históricas de diversos indicadores e também a realização de comparações na evolução dos países de blocos econômicos dentro do sistema-mundo a partir dessas novas análises.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. The developmentalist illusion: a reconceptualization of the semiperiphery. In: MARTIN, W. G. (org.). **Semiperipheral states in the world-economy**. New York: Greenwood Press, 1990.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. **Review**, n. 10, v. 1, 1986, p. 9-74.

ARRIGHI, Giovanni; MOORE, Jason. Capitalist Development in World Historical Perspective. In: ALBRITTON, R.; ITOH, M.; WESTRA, R.; ZUEGE, A. (org.). **Phases of Capitalism Development: Boom, Crises, and Globalization**. London: Macmillan, 2001.

BAIER, Scott L.; BERGSTRAND, Jeffrey H., EGGER, Peter, MCLAUGHLIN, Patrick A.. Do Economic Integration Agreement Actually Work? Issues in Understanding the Causes and Consequences of the Growth of Regionalism. **The World Economy**, v. 31, n. 4, 2008, p. 461-497.

BALDWIN, Richard E. The Causes of Regionalism. **The World Economy**, n. 20, v. 7, 1997, p. 865-888.

BALDWIN, Richard. 21st Century Regionalism: Filling the gap between 21st century trade and 20th century trade rules. **Policy Insight**, n. 56, Centre for Economic Policy Research, May, 2011.

BALDWIN, Richard; JAIMOVICH, Dany. Are Free Trade Agreements contagious? **Journal of International Economics**, v.88, n.1, 2012, p. 1-16.

BALWDIN, Richard E. Sequencing and Depth of Regional Economic Integration: Lessons for the Americas from Europe. **The World Economy**, v. 31, n. 1, 2008, p. 5-13.

BEHRAM, J. R. Economics of Development. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. **Elsevier Science**, 2001, p. 3566-3574.

BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia- mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BHAGWATI, Jagdish N.; KRUEGER, Anne. **The Dangerous Drift to Preferential Free Trade Agreements**. American Enterprise Institute, Washington, 1995.

BRADA, Josef C. MÉNDEZ, José A. Political and Economic Factors in Regional Economic Integration. **Kyklos**, v. 16, 1993, p.186-201.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization and Capitalism 15th-18th Century**, v. III, London: Collins, 1984.

DOS SANTOS, Teutônio. The structure of dependence. **The American Economic Review**, n. 2, v. 60, may, 1970, p. 231-236.

EAGLETON, Terry. **Marx**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

EUROSTAT. **GDP and main components – volumes**. Disponível em: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>. Acesso em 5 de julho de 2016.

FRANK, André G. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1969.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo Global História econômica e política do século XX**. 1 Ed. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2006.

HAIR, F.J.; BLACK, W. C.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009

HARVEY, David. **The Crises of Capitalism**. Video Palestra à Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufacture and Commerce. Disponível em: <http://www.thersa.org/events/video/archive/david-harvey-the-crises-of-capitalism>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

HUMAN DEVELOPEMENT REPORTS. About Human Developement. **United Nations Developement Programme**, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/humandev>. Acesso em 20 dez. 2013.

KRUGMAN, Paul. Regionalism versus Multilateralism: Analytic Notes. In DE MELO, J; PANAGARIYA, A (eds). **New Dimensions in Regional Integration**. Cambridge University Press, 1993.

LIMA, Pedro G. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, n. 2, v. 10, julho/dezembro, 2007, p. 58-85.

MALHOTRA, Naresh K.. **Pesquisa de Marketing**: um orientação aplicada. 4.ed. São Paulo: Bookman. 2006.

MARINI, Ruy M. Brazilian subimperialism. **Monthly Review**, n. 23, v. 9, 1972, p. 14-24.

MELATOS, Mark; WOODLAND, Alan. Endogenous trade bloc formation in an asymmetric world. **European Economic Review**, v. 51, 2007, p. 901-924.

NAVQI, Syeb N. H. The Nature of Economic Development. **World Development**, v. 23, n. 4, 1995, p. 543-556.

OMC. The European Union and the WTO. **WTO. org**, 2013. Disponível em: http://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/european_communities_e.htm. Acesso em: 5 de julho de 2016.

SEN, Amartya K. The concept of development. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T. (org.). **Handbook of Development Economics**, Amsterdam: North-Holland, 1988, p. 10-26.

SU, T. Changes in world trade networks: 1938, 1960, 1990. **Review**, XVIII, n. 3, Summer, 1995. pp.431-459.

SUMMERS, Lawrence. Regionalism and the World Trading System. In SUMMERS, Lawrence (ed.) **Policy Implications of Trade and Currency Zones**. Federal Reserve Bank of Kansas City, 1993.

TAYLOR, P. J.; FLINT, C. **Political geography**: World-economy, nationstate and locality. 4th Ed. Singapore: Prentice Hall, 2000.

THE ECONOMIST. Fighting for its life. **The Economist**, set. 17, 2011. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21529044>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

TROTIGNON, Jérôme. Are the New Trading Blocs Building Blocs or Stumbling Blocs? A Gravity Model Using Panel Data. **Group d'Analyse et de Théorie Économique. Working Paper 09-33**. Écully, dezembro, 2009.

UNIÃO EUROPEIA. EU institutions and Other Bodies. **Europa.eu**, 2013a. Disponível em: http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/index_en.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2013

UNIÃO EUROPEIA. One Market Without Borders. **Europa.eu**, 2013b. Disponível em: http://europa.eu/pol/singl/index_en.htm. Acesso em: 5 de julho de 2016.

UNIÃO EUROPEIA. Member States of the EU. **Europa.eu** 2013c. Disponível em: http://europa.eu/about-eu/countries/index_en.htm. Acesso em: 5 de julho de 2016.

VAMVAKIDIS, Athanasios. Regional Integration and Economic Growth. **The World Bank Economic Review**, v. 12, n. 2, May, 1998.

WADE, Robert H. Is Globalization Reducing Poverty and Inequality? **World Development**, v. 32, n. 4, 2004, p. 567-589.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World Economy**. Cambridge University Press, 1979.

WAQUIL, Paulo D. Globalização, Formação de Blocos Regionais e Implicações para o Setor Agrícola no Mercosul. **Análise Econômica**, ano 15, n. 27, março, 2007, p. 3-15.

APÊNDICE A

Países excluídos da amostra por conterem valores faltantes

País eliminado	Sigla	País eliminado	Sigla
Afghanistan	AFG	Macedonia, FYR	MKD
American Samoa	ASM	Maldives	MDV
Andorra	AND	Marshall Islands	MHL
Angola	AGO	Micronesia, Fed. Sts.	FSM
Armenia	ARM	Moldova	MDA
Aruba	ABW	Monaco	MCO
Azerbaijan	AZE	Montenegro	MNE
Belarus	BLR	Myanmar	MMR
Bermuda	BMU	New Caledonia	NCL
Bosnia and Herzegovina	BIH	Northern Mariana Islands	MNP
Cambodia	KHM	Palau	PLW
Cayman Islands	CYM	Puerto Rico	PRI
Channel Islands	CHI	Qatar	QAT
Croatia	HRV	San Marino	SMR
Cuba	CUB	Sao Tome and Principe	STP
Curacao	CUW	Serbia	SRB
Djibouti	DJI	Sint Maarten (Dutch part)	SXM
El Salvador	SLV	Solomon Islands	SLB
Eritrea	ERI	Somalia	SOM
Estonia	EST	South Sudan	SSD
Faeroe Islands	FRO	St. Martin (French part)	MAF
French Polynesia	PYF	Tajikistan	TJK
Greenland	GRL	Tanzania	TZA
Guam	GUM	Timor-Leste	TLS
Haiti	HTI	Turkmenistan	TKM
Iraq	IRQ	Turks and Caicos Islands	TCA
Isle of Man	IMN	Tuvalu	TUV
Jamaica	JAM	Uganda	UGA
Kazakhstan	KAZ	Ukraine	UKR
Korea, Dem. Rep.	PRK	Uzbekistan	UZB
Kosovo	KSV	Vietnam	VNM
Kyrgyz Republic	KGZ	Virgin Islands (U.S.)	VIR
Lao PDR	LAO	West Bank and Gaza	PSE
Libya	LBY	Yemen, Rep.	YEM
Liechtenstein	LIE	Zimbabwe	ZWE

APÊNDICE B

Classificação geral dos países no sistema-mundo

PAÍS	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
ALB	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ARB	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ARG	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ATG	PE	SP	SP	SP	CE	SP	CE
AUS	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
AUT	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
BDI	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BEL	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
BEN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BFA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BGD	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BGR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BHR	CE	SP	SP	SP	CE	SP	CE
BHS	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
BLZ	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BOL	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BRA	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BRB	CE	SP	SP	SP	CE	SP	CE
BTN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
BWA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CAF	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CAN	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
CHE	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
CHL	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CHN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CIV	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CMR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
COD	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
COG	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
COL	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
COM	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CPV	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CRI	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CSS	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
CYP	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
CZE	CE	CE	SP	SP	CE	SP	CE
DEU	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
DMA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
DNK	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
DOM	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE

DZA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ECU	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
EGY	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ESP	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
ETH	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
FIN	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
FJI	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
FRA	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
GAB	SP	SP	SP	SP	PE	PE	PE
GBR	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
GEO	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GHA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GIN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GMB	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GNB	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GNQ	PE	PE	PE	PE	PE	SP	CE
GRC	CE	SP	SP	SP	CE	SP	CE
GRD	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GTM	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
GUY	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
HKG	SP	SP	CE	SP	CE	SP	CE
HND	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
HUN	SP	SP	SP	PE	PE	PE	CE
IDN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
IND	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
IRL	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
IRN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ISL	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
ISR	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
ITA	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
JOR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
JPN	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
KEN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
KIR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
KNA	PE	PE	SP	PE	PE	PE	PE
KOR	PE	PE	SP	SP	CE	SP	CE
LBN	SP	SP	PE	PE	PE	PE	PE
LBR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
LCA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
LKA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
LMY	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
LSO	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
LTU	CE	SP	SP	PE	PE	PE	PE
LUX	CE	CE	CE	CE	SP	CE	SP
LVA	SP	SP	SP	PE	PE	PE	PE

MAC	CE	SP	CE	SP	CE	SP	SP
MAR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MDG	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MEX	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MLI	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MLT	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
MNG	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MOZ	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MRT	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MUS	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MWI	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
MYS	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
NAC	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
NAM	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
NER	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
NGA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
NIC	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
NLD	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
NOR	CE	CE	CE	SP	CE	SP	SP
NPL	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
NZL	CE	CE	SP	SP	CE	SP	CE
OMN	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
PAK	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
PAN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
PER	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
PHL	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
PNG	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
POL	SP	SP	PE	PE	PE	PE	CE
PRT	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
PRY	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
PSS	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ROU	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
RUS	SP	SP	SP	PE	PE	PE	CE
RWA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SAS	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SDN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SEN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SGP	SP	SP	CE	SP	CE	SP	SP
SLE	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SSA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SSF	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SUR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SVK	SP	SP	SP	PE	PE	PE	CE
SVN	CE	SP	SP	SP	CE	SP	CE
SWE	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE

SWZ	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
SYC	SP	SP	SP	SP	CE	SP	CE
SYR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
TCD	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
TGO	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
THA	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
TON	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
TTO	SP	SP	SP	PE	PE	SP	CE
TUN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
TUR	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
URY	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
USA	CE	CE	CE	SP	CE	SP	CE
VCT	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
VEN	SP	SP	SP	PE	PE	PE	PE
VUT	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
WSM	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ZAF	SP	PE	PE	PE	PE	PE	PE
ZMB	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE